

# **Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão**

**Ayolse Andrade Pires dos Santos**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Araraquara, São Paulo, Brasil  
e-mail: ayolsesantos@hotmail.com

**Joelson Gonçalves de Carvalho**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, São Paulo, Brasil  
e-mail: joelsonjoe@yahoo.com.br

## **Resumo**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de campo realizada na comunidade agrícola de Monte Café no país africano de São Tomé e Príncipe (STP). As atividades de campo foram realizadas nos primeiros meses de 2018 e as análises e aprofundamento bibliográfico se estenderam por 2018 e 2019. O objetivo do trabalho foi o de, a partir do estudo de caso apresentado, lançar luz à realidade concreta dos camponeses no país. Com o esgotamento do ciclo açucareiro, o café e o cacau assumiram uma posição de destaque, ainda no século XIX, destaque esse que se mantém até os dias atuais. Preso a uma economia agrária-exportadora, o país não logrou um processo de industrialização que pudesse alterar a dinâmica econômica recente. Ademais, a baixa capacidade estatal registrada após a independência do país contribuiu para que se estruturasse uma agricultura de subsistência integrada a um insipiente mercado como garantia de renda para a reprodução material dos agricultores. São Tomé e Príncipe é, nos dias atuais, um país agroexportador caracterizado por um baixo grau de desenvolvimento, notadamente no território rural, e isso por seu turno tem contribuído para que quase toda a população rural esteja em um nível de vida marcada pela pobreza.

**Palavras-Chave:** Agricultura camponesa; agricultura de subsistência; desenvolvimento rural; Monte Café; São Tomé e Príncipe.

## **Peasantry and subsistence agriculture in São Tomé and Príncipe: notes for thinking about development and inclusion**

### **Abstract**

This article is the result of research carried out in the agricultural community of Monte Café in the African country of São Tomé and Príncipe (STP). In the first few months of 2018, field activities were completed, and the bibliographic analysis and revision extended through 2018 and 2019. The objective of this work was to throw much light on the concrete reality of farmers in the country based on the presented case. With the exhaustion of sugar cane, coffee and cocoa production outweighed that of the sugar cane in the 19<sup>th</sup> century. This is a fact that currently exists. Stacked in an economy based on the exportation of primary goods, the country has not developed an effective industrial process that could change the current image of the economy. In addition, the state's low capacity registered after the country's independence contributed so that subsistent agriculture could generate income to reproduce materials for the farmers by its integration in an incipient market. São Tomé and Príncipe is currently an agro-exporter country characterized by low developmental indices that is much evident in the rural territories. This underlying problem is a contributive factor of poverty in almost all the rural population.

**Keywords:** Peasant Agriculture; subsistence farming; rural development; Monte Café; São Tomé and Príncipe.

## **Campesinos y agricultura de subsistencia en Santo Tomé y Príncipe: notas para pensar sobre el desarrollo y la inclusión**

### **Resumen**

Este trabajo es el resultado de una investigación de campo realizada en la comunidad agrícola de Monte Café en el país africano de Santo Tomé y Príncipe (STP). Las actividades de campo se llevaron a cabo en los primeros meses de 2018 y los análisis y la profundización bibliográfica se extendieron a 2018 y 2019. El objetivo del trabajo era, a partir del estudio de caso presentado, arrojar luz sobre la realidad concreta de los campesinos en el país. Con el agotamiento del ciclo del azúcar, el café y el cacao asumieron una posición prominente, incluso en el siglo XIX, punto culminante que permanece en la actualidad. Atrapado en una economía de exportación agraria, el país no logró un proceso de industrialización que pudiera cambiar la dinámica económica reciente. Además, la baja capacidad estatal registrada después de la independencia del país contribuyó a la estructura de la agricultura de subsistencia integrada con un mercado incipiente como garantía de ingresos para la reproducción material de los agricultores. Santo Tomé y Príncipe es, hoy en día, un país agroexportador caracterizado por un bajo grado de desarrollo, especialmente en el territorio rural, y esto a su vez ha contribuido a que casi toda la población rural se encuentre en un nivel de vida marcado por la pobreza.

**Palabras clave:** Agricultura campesina; agricultura de subsistencia; desarrollo rural; Monte Café; San Tome y Principe.

### **Introdução**

A região de Monte Café em São Tomé e Príncipe tem sido caracterizada um modo de vida considerado precário geralmente encontrado nas demais zonas rurais que se tem no país, causa da incapacidade do Estado em garantir políticas públicas que deem condições para uma vida digna dos moradores da região. Assim, as condições gerais de pobreza associadas as especificidades locais dessa região suscitaram o interesse em conhecer e entender de maneira mais científica a história, a dinâmica e a realidade da região, analisando o modo de vida do campesinato santomense e suas formas de produção agrícola e sua reprodução material.

É nesse sentido que surge esse artigo, tendo como objetivo principal o estudo das práticas e estratégias dos camponeses santomenses na produção agrícola e reprodução social. Para tanto, além de pesquisa de campo, com observação participante, houve também entrevistas livres com agentes representativos e outras semiestruturadas com 21 famílias camponesas *in loco*. A pesquisa de campo em Monte Café realizou-se durante os meses de janeiro e fevereiro de 2018 com idas alternadas à região, com estadias que chegaram a durar até quatro dias, o que permitiu o contato direto com os camponeses e uma convivência que

garantiu uma relação de confiança com os entrevistados aumentando, por suposto, a confiabilidade das informações recebidas.

Durante a pesquisa de campo, entrevistamos 21 famílias de camponeses, o que possibilitou um diagnóstico socioeconômico e produtivo da região de Monte Café Sede, a partir de informações de 98 indivíduos que compunham essas famílias. Embora sendo uma amostra pequena (aproximadamente 15%) se comparamos com o total de 674 habitantes da região, a consideramos representativa, pois perfil dos que foram entrevistados *vis-à-vis* dos que não foram, guardam muitas semelhanças, como se verá no decorrer do artigo.

Para cumprir os objetivos propostos, este artigo, para além dessa introdução e das considerações finais tem mais 3 tópicos. Um primeiro que busca fazer uma apresentação com resgate histórico do país e da região foco da pesquisa, de modo a entendermos a trajetória política e social que por sua vez reflete na atual conjuntura de Monte Café bem como do país de modos mais gerais. O segundo, no qual nosso intuito é fazer uma análise socioeconômica dos camponeses de Monte Café buscando visibilizar as estratégias de produção agrícola e reprodução social dos entrevistados. Por último, há um terceiro tópico no qual problematizamos a condição camponesa santomense e sua economia de subsistência, assim como traçamos alguns paralelos com a realidade brasileira.

### **Características gerais e trajetória histórica de São Tomé e Príncipe**

A República de São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, situado no golfo da Guiné em plena zona equatorial, a cerca de 300 km da costa africana (INE, 2018). É um arquipélago composto por duas ilhas principais (Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe) e alguns pequenos ilhéus. Com o solo favorável às práticas agrícolas, tem uma área total de 1.001km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 211.000 habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas. A maior fonte de renda do país vem da pesca e agricultura, mas tem ganhado espaço o turismo e, mais recentemente, atividades ligadas ao setor petrolífero (INE, 2018). Embora o país tenha solo fértil para o bom desenvolvimento da agricultura, a maioria dos camponeses ainda vive em um estado de pobreza (SOUSA, 2009). A região de Monte Café, local da pesquisa de campo, não escapa a essa realidade. Situada no distrito de Mé-Zóchi da ilha de São Tomé, é uma das roças mais antigas do arquipélago, fundada em 1858, por Manuel da Costa Pedreira (PAPE; ANDRADE, 2015).

Monte Café foi, no período colonial século XIX, um lugar de destaque na produção do café e do cacau. A implementação da cultura de café (em 1787), e do cacau (em 1822), em STP se deu após o término da cultura da cana-de-açúcar, que antes era o único produto de exportação do país. A decadência do ciclo canavieiro foi consequência da falência dos senhores de engenhos de São Tomé e Príncipe em função do deslocamento da cultura para

o Brasil (ORLANDI, 2011). Nas últimas décadas do século XIX, a exportação do café constituía 90% das exportações agrícolas totais da colônia, todavia, a partir de 1892, começaram a declinar a ponto de, em 1925, constituir apenas 2% das exportações totais (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Vale realçar que, muito embora com declínio, a produção agrícola foi sempre um setor econômico de vital importância para a economia das ilhas de S. Tomé e Príncipe. No final do século XIX e início do século XX, o cacau se torna o maior produto de exportação e uma das esperanças para o desenvolvimento econômico (ESPÍRITO SANTO, 2008). Com a independência alcançada em 1975 e a conseqüente saída dos portugueses do país, a região de Monte Café passou a viver um período de grandes transformações marcado por retrocesso econômico, com redução de investimentos.

**Figura 1: Ilha de São Tomé com destaque para a região de Monte Café.**



Fonte: Google Maps (2020).

Atualmente, a região de Monte Café apresenta pouca infraestrutura, possuindo aproximadamente 30 mil habitantes (INE, 2018), que se valem majoritariamente da produção agrícola para subsistência. A precariedade encontrada durante o recente período colonial,

mesmo depois de mais de 40 anos da independência política do país, continua. A infraestrutura física de equipamentos públicos presentes na região se resume a um jardim de infância, que recebe crianças dos três aos cinco anos; uma escola primária, que garante ensino até o quarto ano do ensino fundamental ou até a quarta classe, como se fala no país. Possui ainda um hospital que já funcionava desde a era colonial e que, atualmente, tem pouca capacidade de atendimento e tratamento. Existe também um museu conhecido como Museu de Café Edifício que, nos séculos passados, era o local no qual se fazia o processo de preparação do café, com casa de máquinas onde se fazia a secagem do cacau. Podemos também encontrar outras edificações que foram deixadas do período colonial, edifícios responsáveis pela parte burocrática e administrativa, as casas dos trabalhadores e uma igreja apostólica construída em anos recentes.

Por estarmos falando de um território que, por muito tempo, se manteve em um sistema colonial é necessário acrescentar que Monte Café foi formada por um conjunto de outros territórios que são chamados de dependências, das quais se destacam: a roça de São Nicolau, Nova Moca, Saudade, Bem-posta, São José, Santa Catarina. Assim sendo, Monte Café se divide em Monte Café Sede, ou seja, onde ficava as infraestruturas já citadas e as dependências, com terras produtivas destinadas ao cultivo de café e cacau. É preciso salientar que este trabalho se limita ao diagnóstico dos agricultores de Monte Café Sede, não abrangendo assim as dependências, muito embora todas as regiões que compreendem Monte Café apresentem realidades muito semelhantes.

Após a declaração da independência, em 1975, todas as roças que estavam sobre o jugo colonial passaram para administração do novo Estado nacional que acabava de surgir. Porém, pelas fragilidades econômicas, bem como de recursos humanos, que se faziam sentir na época, o Estado não conseguiu dar suporte, por meio de políticas públicas, às atividades econômicas que eram a base da economia local. Assim sendo, tanto a roça Monte Café como as demais no país ficaram em estado de abandono, fato esse que favoreceu o aumento da vulnerabilidade da população local.

A origem da população que habita a região de Monte Café é diversa. Primeiro vieram os escravos de Cabo Verde, Angola e Moçambique, tendo seus descendentes permanecidos na região. Após abolição da escravidão (1875), os portugueses importaram mão de obra de outras das suas colônias na condição de contratados. Esses contratados, homens e mulheres, foram, com passar do tempo, formando novas gerações e miscigenações de pessoas que tiveram no campo uma das poucas alternativas de sobrevivência (NASCIMENTO, 2004; BARBOSA, 2001).

Em Monte Café, assim como em outras regiões do país, o acesso à terra é por meio de ocupação, dado o abandono da questão fundiária por parte do Estado. Uma vez que as terras não estão sendo usadas pelo Estado ou por alguma empresa e nem há nenhuma forma

de controle dela, os moradores desbravam o tamanho da área que necessitam e começam a sua plantação. Dado isso, os camponeses não possuem qualquer tipo de documento reconhecido que lhes garanta o uso e a posse da terra, exceto uns alguns que possuem título de uso concedido pela Cooperativa de exportação de café.

Como já dito, Monte Café foi uma roça que esteve sobre domínio colonial até 1975, usada para cultivo do cacau e do café. Após a tomada de independência, todas as roças passaram à administração do novo Estado que nasceu junto com a independência. Nacionalizou-se as roças, o Estado assumiu sua administração, mas por falta de quadros formados, o Estado não conseguiu dar continuidade nos serviços das roças, ou seja, na dinâmica de produção já implantada. Assim, dado o fracasso do Estado na manutenção das roças – e Monte Café é um exemplo –, elas foram sendo abandonadas ao longo do tempo, levando a degradação das infraestruturas e ao esquecimento das pessoas que habitavam ali. Com o abandono do Estado, as roças ficaram abandonadas à sua sorte e os moradores, com o tempo, foram ocupando os terrenos transformando-os em “suas propriedades”.

A Figura 02 ilustra esse processo de ocupação. É uma área de um camponês (camponês 2) que antes de se mudar para Monte Café vivia em outro meio rural (Ubúá Cabra). Ele começou a frequentar a região por ter sido contratado por alguém para prestar serviços temporários. Após o fim do contrato não houve recontração e, por isso, se viu obrigado a encontrar outro meio de se manter. Dada essa situação, ele ocupou uma pequena parcela da terra que não estava sendo usada e começou sua própria produção.

**Figura 02: Área desbravada por um camponês.**



Fonte: acervo pessoal (2018)

Na foto temos uma área com cultivo de tomate, mas ele também tem no campo outros cultivos como milho, feijão verde, entre outros. A forma como se deu a ocupação de terra desse camponês é a forma mais comum de ocupação que se tem em Monte Café e em todas as áreas que se encontram abandonadas pelo Estado.

Mesmo sem qualquer título do uso da terra que é a situação da maioria, os camponeses vão cultivando suas pequenas parcelas com esperança de que possam ter suas terras legalizadas e reconhecida pelo Estado, enquanto vão desenhando estratégias de produção agrícola e reprodução social que abordamos no tópico seguinte.

### **Produção agropecuária e estratégias de reprodução social em Monte Café**

O último censo realizado no país, em 2012, feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>1</sup>, aponta que a comunidade Monte Café (sede) possuía uma população de 674 habitantes distribuídos conforme a Tabela 01.

**Tabela 01: Dados populacionais de Monte Café Sede, por gênero e faixa etária.**

Faixa etária	0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 anos ou mais	
Gênero	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Residentes	146	144	190	176	5	13

Fonte: INE (2018).

No entanto, com passar do tempo essa população cresceu para um número cuja falta de dados confiáveis nos impossibilita aferir com maior precisão o atual quadro populacional. Com uma população em idade ativa de trabalho começando nas atividades laborais muito cedo, há fortes índices do abandono escolar, bem como baixo grau de escolaridade dos pais. Dos questionários aplicados, o nível escolar dos pais variou do fundamental 1, que contempla 4 anos iniciais de estudo, ao fundamental 2, que equivale a mais 5 anos de escolarização<sup>2</sup>.

Grosso modo, podemos dizer que o baixo poder econômico bem como o fato de as famílias possuírem baixa escolarização são fatores que têm levado ao fraco rendimento escolar dos filhos. Em campo, constatou-se que muitos pais não conseguem estimular nos filhos um interesse maior pelos estudos e pela escola.

Para entendermos melhor a situação socioeconômica dos agricultores de Monte Café, acreditamos que algumas das perguntas que temos que fazer é, de onde provém a renda dos camponeses que residem nesse território? É possível afirmar que os agricultores

<sup>1</sup> Após 2012 não houve atualizações das informações no site do Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Para maiores detalhes ver o site oficial do órgão: <http://www.ine.st/>.

<sup>2</sup> Das 21 famílias entrevistadas, encontramos 41 pessoas com o ensino fundamental I completo, 35 com o ensino fundamental II completo e apenas 5 com ensino médio incompleto. Nenhum membro das famílias entrevistadas tinha conseguido concluir o ensino médio.

que lá moram possuem alguma garantia de ter renda? Ao buscar evidenciar algumas respostas a essas questões entendemos, em nossas análises, que o fator social e o econômico são indissociáveis.

Como já adiantado, o local em estudo tem, até hoje, uma estrutura marcada por vestígios coloniais. Essa estrutura fez com que o lugar se tornasse um ponto turístico por guardar monumentos e histórias do período colonial. O turismo é uma das principais atividades econômicas que movimenta o lugar e o trabalho de guia turístico é praticado principalmente pelos jovens, mesmo que de maneira informal. Em seguida, vem a Cooperativa de Exportação de Café Biológico (CECAFEB) que fomenta o cultivo de café biológico na região.

A cooperativa distribui as mudas de café aos agricultores e estes, por sua vez, fazem o cultivo e, após a colheita, vendem à cooperativa. A CECAFEB trabalha atualmente com mais de cem agricultores, sendo alguns de Monte Café Sede e outros das dependências adjacentes. Essa é a cooperativa de maior porte na ilha de São Tomé, trabalhando com sete comunidades: São Carlos, Bemposta, São Francisco, São José, Novo Destino, São Nicolau e Poço Alto.

Por meio de entrevistas livres, durante a observação participante, alguns agricultores que fazem parte dessa cooperativa, expressaram descontentamentos com a cooperativa. Em uma das conversas, um agricultor reclamou que a cooperativa não dava segurança financeira aos cooperados, isso porque o que eles arrecadavam com a colheita era muito pouco para se ter uma vida com melhores condições e, ademais, só se tem duas colheitas por ano e, portanto, dois pagamentos. A cooperativa compra o café ainda em cereja, como eles chamam – que é quando o café ainda contém a sua casca vermelha, sem passar por nenhum outro estágio de produção –, isso permite que a cooperativa pague um preço baixo, dada a pouca agregação de valor por parte dos camponeses.

Outro problema registrado é o fato de que a cooperativa não oferece emprego e remuneração a esses agricultores de modo perene, o que poderia fazê-los ter uma renda mensal. O café biológico acarreta uma série de cuidados constantes (limpeza do cafezal, pulverização das pragas, etc.) e os agricultores, que investem trabalho considerável nessa atividade, só recebem pelos grãos colhidos. Segundo o depoimento de um agricultor:

(...) os agricultores aqui em Monte Café, quando não tem colheita ficamos parados sem dinheiro, dois ou três meses você tem dinheiro, mas três, quatro meses você não tem nada, mas tem que tá cuidando do cafezal, de uma forma ou de outra você tá a trabalhar, só que sem ganhar nada (Agricultor 1).

O não comprometimento da cooperativa com os agricultores os deixam em uma condição de busca constante por outros meios para a subsistência. Assim, a venda do café é simplesmente um meio a mais de se ganhar renda extra, o que é paradoxal, pois é a atividade



que demanda mais trabalho, mas que não garante renda suficiente para a reprodução social destes camponeses.

Antes de entrarmos propriamente nos mecanismos de subsistência mais importantes dos agricultores de Monte Café, é importante entendermos que, em São Tomé e Príncipe, os residentes se utilizam de dois termos para designar pessoas que têm a terra como seu meio de “ganhar a vida” que são: agricultor e camponês. O agricultor é entendido na sociedade santomense como alguém que se vale da terra para cultivo de produtos como: café, cacau, cana-de-açúcar, banana, inhame, maquequê<sup>3</sup>, matabala<sup>4</sup>, um tubérculo comum no país. Esse agricultor pode ou não viver na terra e viver só da renda agrícola. Já o camponês é a pessoa que usa a terra para o plantio de produtos hortícolas.

Por suposto, a realidade por nós observada consiste em pessoas que cultivam café, mas vivem na terra e da terra, precisando, para isso da horticultura, tanto para subsistência como para complemento de renda, assim sendo “agricultores camponeses” ou “camponeses agricultores” que são aqueles que praticam as duas atividades em simultâneo, sendo esses termos usados com frequência por eles mesmos.

Dada a falta de debates acadêmicos sobre esses temas no país, certos termos são entendidos e definidos no cotidiano da sociedade e não a partir de uma análise acadêmico-científica. Entendida esta particularidade, em Monte Café os camponeses também são agricultores, e os agricultores também são camponeses, por essa razão ao longo deste artigo será frequente o uso da palavra camponês ou agricultor.

Mesmo com as dificuldades apresentadas pela condição camponesa em STP, para os entrevistados, ser camponês ainda é a condição que garante maior retorno se comparado a outras atividades econômicas locais. Com um solo fértil e clima húmido, a região tem oferecido condições favoráveis ao cultivo de horticulturas, garantindo assim algum nível sustentabilidade à várias famílias. É da atividade camponesa a origem dos recursos financeiros para a alimentação, vestuário, saúde e educação, etc. Produtos como a couve, a cenoura, o tomate, o repolho, o feijão verde, a salsa e o pimentão são os que trazem aos camponeses maior retorno financeiro, segundo eles mesmos declararam. A produção das famílias é, em geral diversificada, em média 6 produtos diferentes, como ilustra o Quadro 1.

**Quadro 1: Produção animal e vegetal das famílias visitadas.**

<b>Família</b>	<b>Variedade da produção</b>	<b>Variedades</b>
1	Couve, repolho, tomate, cenoura, mandioca, salsa, feijão verde, rabanete, café	9
2	Banana, tomate, mandioca, cenoura, feijão verde, berinjela, maquequê (jiló), inhame	8

<sup>3</sup> Maquequê é um arbusto que a população local usa as folhas e os frutos em vários pratos e molhos.

<sup>4</sup> Matabala é uma espécie de tubérculo, parecido e substituto da batata que pode ser consumida cozida, em purê ou frita.

3	Café, repolho, salsa, feijão verde, cenoura, couve	7
4	Café, cenoura, couve, banana, matabala	5
5	Café, porco, galinha, cenoura, salsa, couve, repolho	7
6	Couve, maquequê	2
7	Cenoura, repolho, feijão verde, pimentão, mandioca, tomate, salsa, couve, matabala, batata inglesa	11
8	Café, galinha, banana, matabala, milho	5
9	Café, couve, salsa, matabala, banana, batata doce, cenoura, abóbora	8
10	Café, banana, matabala	3
11	Matabala, banana	2
12	Cabra, porco, cenoura	3
13	Café, salsa, couve, banana, matabala	5
14	Café, porco, cabra, ovelha, cenoura, repolho, couve, tomate, pimentão, matabala, banana, salsa, alface, pimenta	14
15	Café, porco, couve, maquequê, salsa, feijão verde	7
16	Café, cenoura, feijão, verde, repolho, tomate	6
17	Couve, cenoura, repolho, feijão verde, salsa, matabala, banana, tomate	8
18	Cenoura, salsa, repolho, tomate, feijão verde, couve	6
19	Café, feijão verde, tomate, couve, salsa, repolho	6
20	Café, galinha, couve, batata doce, cenoura, feijão verde, agrião, alface, tomate	10
21	Café, matabala, cenoura, batata doce, mandioca, salsa, feijão verde, tomate, repolho	9

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo (2018)

Embora se tenha condições naturais favoráveis, a ausência de condições institucionais tais como acesso a crédito, mercados garantidos, entre outros, aumentam as dificuldades de se ampliar a produção, gerando gargalos que vão além da capacidade dos camponeses em resolver localmente, até pela sua falta de organização política<sup>5</sup>.

Todos os camponeses têm em suas famílias a mão de obra principal, mas existem momentos específicos no qual essa mão de obra é insuficiente e aí é necessário contratações temporárias. Os custos com as sementes ou mudas para plantar, associados à contratação de pessoas quando há muito trabalho no campo, mais os custos com os agrotóxicos (adubos, inseticidas e outros) acabam muitas vezes gerando, ao final, um custo tão elevado da produção que, em alguns casos, impede o camponês de obter retornos mínimos necessários à melhoria da condição de vida das famílias com a venda dos produtos, gerando uma reprodução social caracterizada pela pobreza e dependência<sup>6</sup>.

Atualmente o modelo de produção agrícola que se encontra em Monte Café é um modelo de subsistência e não um modelo de mercado. Com a produção excedente,

<sup>5</sup> Para um estudo comparado, Khalil e Carvalho (2019), demonstram como o acesso ou não às políticas públicas pode favorecer ou dificultar a produção dos camponeses assentados de reforma agrária em um assentamento rural no município de São Carlos, SP.

<sup>6</sup> A produção de café biológico não conta com agrotóxicos, todavia, as demais culturas se valem deles, notadamente a produção de tomate.

majoritariamente oriunda da horticultura, os camponeses obtêm renda para o mínimo de uma reprodução social e material.

Embora com muitas dificuldades de produção, dos 21 entrevistados, apenas um já pensou em abandonar o campo e ir para cidade vender sua força trabalho como forma de conseguir melhores condições de vida. A maioria, com mais de dez anos cultivando, percebe e diz ser difícil ser camponês, mas ao mesmo tempo não se veem vivendo fora do campo. Mesmo que o retorno financeiro do campo seja pouco, quando perguntamos aos camponeses se essa prática tem sido viável não obtivemos nenhuma resposta negativa. As respostas sempre eram parciais, como relata um camponês (camponês 2): “olha, embora com muito sacrifício, mas o campo dá retorno, mas o que nos falta é dinheiro para investir, não temos nenhum apoio, única coisa que precisamos é financiamento”.

No trabalho de campo, encontramos dificuldades em capturar dados referentes a produção, o tamanho da área plantada, quantidade produzida, percentagens destinadas ao consumo da família e percentagens vendidas, que são dados importantes que os ajudariam a ter um controle da produção e nos ajudaria em nossas análises<sup>7</sup>. Essas lacunas encontradas podem ser também uma das causas do fraco retorno financeiro, na medida em que isso aponta para a inexistente gestão técnica da organização da produção.

A produção de subsistência é definida de forma como cada camponês entende que é melhor para si e sua família. Assim sendo cada um cultiva a quantidade de sementes que tem e de acordo com o espaço que possuiu, e ao final da colheita, ou mesmo ao longo da colheita, uma parte supri as necessidades da família e outra destina-se a venda sem um controle logístico. O dinheiro que se ganha com a venda também é gasto sem controle prévio. Pelos relatos, o dinheiro conseguido com a venda de algum produto é gasto com alguma demanda reprimida da família, independente da necessidade de manutenção das condições de produção e reposição de algum capital em depreciação.

Alguns poucos camponeses têm fonte de água que usam para irrigar as culturas quando necessitam, mas na época de *gravana* a situação fica mais difícil. *Gravana* é o período em que predomina a escassez de chuva (época seca) e na região visitada não há rios nem outra forma de armazenamento de água perto do campo, prejudicando a irrigação das plantações. Como resultado, os camponeses de Monte Café, na sua grande maioria, não cultivam produtos hortícolas durante esse período que vai de meados do mês de maio a meados do mês de outubro.

Para suprir as necessidades caseiras na *gravana* os camponeses têm, como estratégia, o cultivo de banana-pão, banana-prata, matabala, batata doce e mandioca que são

---

<sup>7</sup> Poucos foram os entrevistados que conseguiram informar além dos dados sobre produção e consumo, outros valores quantificáveis sobre renda, financiamentos e endividamentos para serem utilizados mesmo que de forma incipiente por meio de estatística descritiva.

cultivos que mais se adequam ao período seco. Esses cultivos, além de ser a base de subsistência, independentemente da *gravana* ou de chuva, é mais um agregado à produção hortícola.

A forma de comercialização dos produtos dos camponeses de Monte Café é também algo que expressa o grau de vulnerabilidade dos residentes na região. Como já adiantado, os camponeses em virtude do baixo grau de escolarização se valem apenas de duas formas de comercializarem os seus produtos, que são: venda direta para os consumidores e venda para intermediários.

Quando da venda direta aos consumidores, as camponesas assumem a tarefa de levar o que é produzido no campo ao maior ponto de venda que, no caso, fica na capital do país. Esse ponto de venda é uma feira na qual se concentra a maior parte dos vendedores ambulantes da ilha. Lá o preço dos produtos é dado pelo mercado, mas pelo grande número de feirantes, com mesmos produtos, na maioria das vezes é sempre uma incógnita saber a quantidade vendida e o preço dos produtos.

Já no que tange ao segundo caso em que há presença de intermediários, os produtos são vendidos aos que se dirigem ao rural e que, dado o poder maior de barganha, compram a preços mais baratos para revender na capital a preços mais caros. A situação de risco está presente nos dois casos de maneira em que o camponês fica dependente das duas únicas opções que tem. No caso da venda direta, eles nunca sabem se conseguirão vender os produtos e, no segundo caso, os camponeses vendem a preços tão baixos que muitas vezes não repõem todo o custo com a produção e a própria aquisição de bens de consumo necessários no cotidiano, até porque o país assiste a um processo inflacionário que tem impactado o custo de vida em todo o país.

Assim, os camponeses necessitam de alternativas como trabalhos extras para responderem às suas necessidades. De modo geral, o estudo de campo possibilitou constatar que, dado o elevado custo de vida, os camponeses acabam gastando muito para sua reprodução material, o que torna difícil uma melhora econômica, notadamente a partir do acesso a bens de consumo duráveis.

Além de dados obtidos, bem como da observação *in loco*, constata-se um baixo grau de aquisição de bens de consumo, como eletrodomésticos, móveis e veículos. Em termos de eletrodomésticos, televisão, rádio e DVD são os aparelhos mais comuns entrados. No que tange a veículos nenhum tinha carro e apenas dois tinham motocicleta. Mas o que chama a atenção é a ausência de bens duráveis básicos, caracterizando uma comunidade de despossuídos, como indica o Quadro 02, mas esperançosos, conforme demonstra o Quadro 03.

**Quadro 02: Caracterização Patrimonial-residencial familiar.**

<b>Família</b>	<b>Patrimônio declarado pelas famílias entrevistadas</b>
1	Televisor, forno elétrico, motocicleta, computador, impressora, radio, motocicleta
2	Não respondeu
3	Televisor, fogão, geladeira, forno elétrico
4	Televisor, rádio
5	Televisor, DVD
6	Televisor, geladeira
7	Radio, televisor
8	Não possui
9	Televisor, arca, radio, ferro elétrico
10	Televisor, geladeira
11	Não possui
12	Televisor, radio, DVD, computador
13	Televisor, DVD
14	Não possui
15	Televisor, DVD, ferro elétrico, forno elétrico
16	Televisor, radio, DVD, ferro elétrico, forno elétrico
17	Televisor, DVD, motocicleta
18	Geladeira, radio, televiso, motocicleta
19	Televisor, geladeira, ferro elétrico, forno elétrico
20	Televisor
21	Televisor

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo (2018).

Frente a essa realidade e rompendo o histórico processo de falta de organização política e econômica, ficamos sabendo, por meio das entrevistas, que recentemente criou-se na região uma pequena associação dos agricultores. Ela ainda não foi reconhecida pelo Estado, mas, por meio dessa associação, esses agricultores tentam buscar apoio junto ao Ministério de Agricultura, todavia, segundo eles, até o momento só tiveram promessas e nenhuma concretização. Enquanto não obtêm nenhum apoio, cada um vai à sua maneira, buscando garantir a sobrevivência da família, mantendo a esperança em melhores condições futuras, como ilustra o Quadro 03.

**Quadro 03: Lista de melhorias desejadas pelas famílias.**

<b>Família</b>	<b>Melhorias desejadas</b>
1	Reabilitar a casa, ampliar o campo, criar animais, abrir um bar, comprar carro
2	Construir uma casa no campo, adquirir um transporte, fazer criação de animais
3	Construir banheiro, cozinhar e construir cercado
4	Construir casa própria
5	Construir nova casa, aumentar criação de animais, ampliar a plantação
6	Conseguir um emprego, abrir próprio negócio
7	Construir casa própria, criação de animais, aumentar a produção, tirar carta de condução
8	Reabilitar a casa, abrir uma loja

9	Construir casa própria, conseguir financiamento para o campo
10	Ampliar a casa, garantir melhor segurança do lote
11	Dar melhor educação aos filhos
12	Construir casa própria, melhorar a produção, criação de animal, abrir pastelaria
13	Aumentar criação de animal, aumentar a produção
14	Reabilitar a casa
15	Aumentar criação de animal, aumentar a produção
16	Construir casa própria
17	Construir casa própria, comprar carro, viajar
18	Ampliar o campo, ampliar a casa, comprar carro
19	Construir casa própria,
20	Construir casa própria, comprar geladeira
21	Construir casa própria, adquirir transporte, criar conta bancária

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo (2018).

No que tange propriamente à rotina camponesa, os trabalhadores dirigem-se aos campos distantes cerca de dois ou mais quilômetros das casas dos camponeses e só regressam às casas por volta das 15 horas. Chegando ao campo a primeira tarefa é conferir toda produção, verificando se há algum problema nas plantas e no campo como um todo. Em seguida passam para atividades específicas, a exemplo da capina das plantas (*bomdá*)<sup>8</sup>, construção de canteiros, pulverização e adubação de plantas, etc. Cada camponês programa as suas atividades consoantes com o fluxo da sua produção. As camponesas, após fazerem os trabalhos domésticos rumam, na sua maioria, ao campo onde dão apoio braçal aos companheiros. As crianças também ajudam depois que regressam da escola ou, na maioria das vezes, aos finais de semana.

Famílias com mais de 4 filhos, na média, vivendo em casas pequenas, geminadas, quase sem nenhuma infraestrutura, são aspectos homogeneizantes na comunidade, como ilustra a Figura 03, configurando um estilo de vida muito simples. São essas mesmas casas que os camponeses, com algum dinheiro que ganham vão reformando à sua maneira. São espaços pequenos, com dois a três módulos impróprios às famílias com muitos filhos.

---

<sup>8</sup> Expressão usada pelos camponeses.

**Figura 03: Habitações típicas dos moradores da região.**

Fonte: acervo pessoal (2018)

Muitas dessas casas não possuem banheiros e as que possuem apresentam más condições de uso. O que se tem na comunidade é o chamado banheiro comunitário que também está numa situação precária. Outros usam o banheiro público de uso comum, mas, na maioria dos casos, muitos se valem de becos ao ar livre para suas necessidades fisiológicas. O formato que estão estruturadas essas moradias – conforme ilustra a Figura 03 – indica concentração humana com baixa qualidade, uma vez que cada porta significa uma casa com um núcleo familiar.

No caso concreto de Monte Café, a situação social que a comunidade atravessa ainda nos dias atuais é também preocupante pela falta de políticas de saneamento básico, entre outras ausências de infraestruturas fundamentais, uma vez que é a infraestrutura do tempo colonial que se mantem até hoje. As antigas senzalas, as casas dos feitores e seus escritórios são os edifícios que hoje os moradores habitam, salvo raras exceções de algumas famílias que já conseguiram construir suas casas próprias. Esses edifícios, por sua vez, se encontram em condições precárias sem condições normais de um habitar digno, conforme podemos ver na estrutura da lavanderia comunitária na Figura 04.

**Figura 04: Lavanderia pública compartilhada pelos moradores.**



Fonte: acervo pessoal (2018)

A falta de esgoto na comunidade tem gerado o acúmulo de águas paradas, dando margem para aparecimento de doenças. A situação do lixo na comunidade também é algo preocupante. A falta de recolhimento regular do lixo pelo setor público tem gerado acúmulo de resíduos orgânicos e sólidos. Enfim, o que se viu foi lixo ao ar livre e carência sanitárias que, por sua vez, caracterizam e aumentam o grau de vulnerabilidade dos camponeses da região.

Como podemos observar, os camponeses de Monte Café têm a vida pautada pela pobreza e essa pobreza é consequência direta da estrutura social e econômica que se tem no país. Isso é um fato que os camponeses têm a consciência de que o país em si tem dificuldades para criar melhores condições socioeconômicas. Contudo, apoio institucional e recursos financeiros são o que os camponeses almejam no que concerne ao apoio estatal.

Essa é a difícil realidade de um país que viveu séculos de exploração colonial e que, após o seu término, o Estado não conseguiu garantir um nível de vida digno à sua população por meio de políticas públicas que permitissem o desenvolvimento.

### **Agricultura de subsistência e a condição campesina santomense**

Observadas as atividades econômicas e as relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação à parte expressiva da população em São Tomé e Príncipe encontramos correspondência com o que Delgado (2004) chamou de economia de subsistência para o caso brasileiro. No Brasil e em STP, tais relações não são reguladas por



um contrato monetário de trabalho e não são, *a priori*, pensadas para fins lucrativos (CARVALHO, 2011).

Observada essa correspondência entre a realidade da economia de subsistência encontrada em Monte Café e a estudada no Brasil, podemos inferir que ela tem um papel relevante pois está associada ao setor produtor de pequeno excedente monetário que, mesmo precário e de baixo nível técnico, é considerado como parte constitutiva da economia, primeiro colonial e depois nacional, garantindo condições de existência para um grande contingente populacional (FURTADO, 2005; CANO, 2002; CARVALHO, 2011)

Por outro lado, na ausência de capacidades estatais que possam gerar processos dinâmicos e sinérgicos no território rural em STP, a economia de subsistência parece ocupar um espaço significativo na economia de Monte Café. É fato que a baixa escolaridade dos camponeses de Monte Café dificulta avanços mais sistemáticos e uma disputa mais perene em prol de melhores condições de vida e trabalho na região.

Todavia, quando se observa o campesinato santomense percebe-se que a falta de organização deles em movimentos de luta pela reforma agrária e por melhores condições de produção agrícola e reprodução social constitui o maior obstáculo ao desenvolvimento rural e a uma vida digna do campesinato.

(...) os movimentos camponeses precisam ser protagonistas de suas próprias políticas públicas para o desenvolvimento de seus territórios, disputando com os governos as intencionalidades e direcionalidades das políticas de acordo com a lógica de seu modelo de desenvolvimento (FERNANDES, 2013, p. 58).

Cabe lembrar que, se observada a realidade brasileira, a penetração do capitalismo no campo, o desenvolvimento agroindustrial e a consolidação do agronegócio se pautaram em uma dita modernidade capitalista da produção e do consumo sem enfrentar, contudo, os dilemas agrários. Aumentou-se a produtividade no campo, por meio da concentração fundiária constante, aumento da pobreza rural, redução das ocupações nas atividades agrícolas. A bandeira da reforma agrária com um desenvolvimento rural inclusivo só não saiu da agenda pública em função das reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra (CARVALHO, 2015).

Ademais, as especificidades de vida e trabalho dos residentes rurais em STP complexificam mais a situação local, uma vez mais valendo-se do exemplo dos residentes em Monte Café, onde a condição camponesa se mistura com a condição de trabalhadores rurais. Enquanto digressão, cabe dizer que não existiam povos nativos na ilha, isso significa que “o agricultor camponês” em STP nasce de um sistema eminentemente escravocrata, com a ocupação da ilha pela Coroa Portuguesa, em um processo de acumulação primitiva de capital por meio da exploração de um território associada a superexploração do trabalho escravo.

Com o fim da escravidão, na condição de libertos, a população passou a compor um vasto proletariado rural. Para agravar a situação, com um processo bastante questionável de reforma agrária, o Estado concedeu terras à uma parte do proletariado rural das antigas empresas agrícolas que, por hora, é beneficiária de políticas públicas de fomento a agricultura familiar no país. Todavia, nem todos os proletários rurais receberam terras, mas, por iniciativas próprias se apropriaram de terras devolutas. Esses últimos, por sua vez, constituem o grupo de agricultores não albergados pelas políticas estatais<sup>9</sup>.

Os agricultores beneficiados por esse reordenamento fundiário, na sua maioria, estão vinculados às cooperativas para produção de *commodities*, em especial duas: a Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico (CECAB) e a Cooperativa de Exportação de Café Biológico (CECAFEB) que por sua vez são financiadas por investimentos estrangeiros (ORLANDI, 2011)<sup>10</sup>.

Embora esses agricultores tenham garantia de venda dos seus produtos, enfrentam, por outro lado, a problemática do alto custo de vida no país, do baixo valor agregado pelo trabalho despendido e, por consequência, dos baixos valores recebidos e defasados no tempo. As políticas estatais para com esses agricultores conferem um certo nível de renda na produção, mas, não garantem estabilidade financeira para um nível de vida com condições mínimas (SILVA, 2014). Esse nível de vida precário se agrava ainda mais quando olhamos para o grupo de agricultores que padece da inexistência de apoio institucional que garanta níveis de produção e venda com rentabilidade. Mesmo os agricultores que foram beneficiados pela inconsistente reforma agrária no país precisam se associar à cultura de *commodities*, com grande quantidade de trabalho despendida e pouco retorno financeiro como forma de agregar às suas rendas algum adicional necessário para a manutenção básica das famílias (ORLANDI, 2011). Dito isso, fica evidente que em condições piores vivem aqueles que não lograram nem fazer parte dessa política de reforma agrária.

Diante deste cenário, percebe-se a fragilidade do Estado santomense em promover não só políticas de produção agrícola, mas, sim um pacote de medidas que além de garantir a produtividade possibilite também melhores condições de vida.

## Considerações finais

São Tomé e Príncipe, um país insular africano, localizado sob a linha do equador, é um país com independência política tardia, dispendo de poucos recursos financeiros, contando em seu orçamento geral com necessárias ajudas internacionais e tendo como ponto

---

<sup>9</sup> Nesse grupo está a maioria dos agricultores de Monte Café, bem como muitos outros nas outras regiões do país.

<sup>10</sup> Além destas existem no país várias outras cooperativas agrícolas. No caso dessa cooperativa, é necessário estudos mais aprofundados, especialmente sobre seu *modus operandi*. Pela pesquisa de campo, não houve indicação de quem são os cooperados e quais dos direitos e deveres desses cooperados.

forte de sua economia as atividades agrícolas, notadamente a exportação de cacau, coco, pimenta e café, além do turismo e da indústria da pesca.

Ao longo dos últimos anos, após a independência, o país não tem conseguido dar respostas às necessidades básicas de sua população. A situação de vulnerabilidade fica mais visível em regiões mais distantes da cidade de São Tomé, capital do país, sendo esse o caso da região de Monte Café. As comunidades mais antigas e distantes, como Monte Café e outras situadas em zonas rurais, têm sofrido com a falta de atenção do Estado, ficando sujeitas aos problemas derivados da elevada pobreza, baixa taxa de alfabetização, infraestruturas precárias de saúde, educação, habitação e comunicação.

Os investimentos estrangeiros em STP tem tido cada vez mais peso nas determinações da política em termos gerais e das políticas públicas, em termos mais específicos. Isso, por seu turno tende a direcionar as poucas capacidades estatais construídas pós independência em um sentido que não tem privilegiado os agricultores camponeses que continuam ganhando insuficientemente para sua reprodução material e social, colocando em risco a própria condição camponesa que tende, se não houver políticas públicas adequadas e/ou organização política desses agricultores, à condição de um proletariado rural despossuído das condições mínimas de produção, mesmo vivendo no meio rural.

A falta de políticas públicas direcionadas a esses camponeses não se expressa apenas na ausência de financiamento e de materiais técnicos, mas também de políticas públicas de garantia mínima de infraestruturas capazes de criar canais de escoamento de produção. Por outro lado, uma vez que os camponeses têm o campo como a sua maior fonte de renda e, ao mesmo tempo, o meio de subsistência, faz-se necessário que o Estado repense suas políticas sociais de modo a garantir que Monte Café tenha condições mínimas para que estes camponeses e suas famílias possam ter um território digno para sua produção agrícola e reprodução social. Outra política pública ausente em STP é uma reforma agrária que dê terra e que dê, também, condições de produção agrícola e reprodução social camponesa com dignidade.

## Referências

BARBOSA, José Gomes. **Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe**. 2001. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2001.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Economia Agrária**. Volume Único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

DELGADO, Guilherme. O Setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. **Texto para discussão IPEA**, n. 1025, p. 1-33, jun. 2004.

ESPÍRITO SANTO, Severino Neto. **Programas de ajustamento estrutural, produção agrícola e segurança alimentar na África Sub-sahariana: caso específico de S. Tomé e Príncipe**. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia Agrônoma) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação da economia no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **São Tomé e Príncipe em números – 2017**. São Tomé: INE, 2018. Disponível em: <https://www.ine.st/index.php/publicacao/documentos/file/414-stpemnumeros-2017>. Acesso em: 21 abr. 2020.

KHALIL, Bárbara El; CARVALHO, Joelson Gonçalves. Da luta pela terra ao reconhecimento: considerações sobre a trajetória das famílias assentadas no PDS Santa Helena e o acesso a políticas públicas. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 171-194, ago. 2019.

NASCIMENTO, Augusto. Escravatura, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral. **Africana Studia**, n. 7, p. 183-217, 2004.

ORLANDI, Francesca Del Bove. **Cadeia de valores do cacau em São Tomé e Príncipe**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Alimentar) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

PAPE, Duarte; ANDRADE, Rodrigo Rebelo. **As roças de São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2015.

SILVA, Cila Figueiredo. **Segurança alimentar em São Tomé e Príncipe: estudo de caso dos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi**. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Alimentar) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

SOUSA, Estêvão da Glória Cravid. **As roças face aos desafios de modernização e desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe: as potencialidades da roça “Água e Izé”** – Estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009.

---

## Sobre os autores

---

**Ayolse Andrade Pires dos Santos** – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente é mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, (UNESP), campus Araraquara.  
**OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-1696-2354>

**Joelson Gonçalves de Carvalho** – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-4894-1400>

---

### **Como citar este artigo**

---

SANTOS, Ayolse Andrade Pires dos; CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 168-188, mai.-ago., 2021.

---

### **Declaração de contribuição individual**

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Ayolse Andrade Pires dos Santos** ficou especialmente responsável pela coleta de dados primários, por meio da pesquisa de campo em São Tomé e Príncipe, além da aquisição de dados secundários e suas interpretações e o segundo autor **Joelson Gonçalves de Carvalho** pelo desenvolvimento teórico-conceitual, interpretação e análise, e pelos procedimentos técnicos do artigo.

Recebido para publicação em 09 de maio de 2020.

Devolvido para a revisão em 17 de março de 2021.

Aceito para a publicação em 25 de março de 2021.

---